

A RELAÇÃO DO ENGENHO DE SERGIPE DO CONDE EM 1625

*Pablo Antonio Iglesias Magalhães**

O Cartório Jesuítico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, conserva um significativo número de documentos sobre a administração dos engenhos, que, no Brasil, pertenceram ao Colégio de Santo Antão de Lisboa. Um dos mais antigos desses documentos tem o título de *Relaçam do estado em q achei O Engenho de Sergippe, feita em julho de 625*, com a firma do jesuíta André de Gouveia, que, aliás, não primava pela boa caligrafia.¹ Entre todos os gêneros literários cultivados pelos jesuítas no Brasil colonial, o que preencheu o lugar de mais destaque foi, ao lado da paranética, o da epistolografia, e neste modelo foi elaborada a relação do padre André de Gouvêa.

Antes de analisar o texto do documento, é necessário apresentar seu autor, o jesuíta André de Gouvêa. Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, afirmou que Gouvêa nasceu por volta de 1583 em São João de Mondim (São João de Tarouca), entrou na Companhia com 22 anos de idade e, em 1614, era procurador no Colégio da Ilha Terceira, nos Açores. No entanto, cometeu um equívoco ao afirmar que o jesuíta André de Gouvêa “de 1623 a 1630 esteve na Bahia (no Engenho de Sergipe do Conde) como procurador da Igreja de S.

* Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador.

¹ *Relaçam do estado em q achei O Engenho de Sergippe feita em julho de 625*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Cartório Jesuítico, Maço 14, Documento n. 52.

Antão”.² O fato é que Gouvêa não chegou ao Brasil em 1623, mas em abril de 1625.

Graças ao relato do jesuíta Bartolomeu Guerreiro, sabemos que vieram quatro religiosos da sua congregação na armada de restauração da Bahia, que teve o objetivo de expulsar os neerlandeses que haviam conquistado Salvador em maio de 1624. O padre Guerreiro afirmou que embarcaram para a Bahia o padre Damião Botelho, irmão do bispo D. Marcos Teixeira de Mendonça, o padre João Nunes e o padre Antonio de Sousa, que faleceu quando do retorno da armada para a Europa.³ O quarto jesuíta que embarcou na expedição restauradora permaneceu um enigma, pois seu nome foi suprimido de todas as crônicas e relações que correram impressas na península ibérica àquela época. Nem mesmo Serafim Leite conseguiu descobrir o nome do misterioso jesuíta que acompanhou a armada luso-espanhola.

Pode-se afirmar, seguramente, que o incógnito jesuíta que embarcou na Jornada dos Vassalos foi o padre André de Gouvêa, autor da *Relação de 1625*. Um manuscrito inédito, conservado na Real Academia de Historia de Madrid, confirma essa assertiva. De autoria do padre Francisco de Macedo, do Colégio de Santo Antão de Lisboa, um dos mais eruditos portugueses do seu tempo, o manuscrito latino intitulado *Expeditio Brasilica* aponta, corretamente, os nomes do grupo de inicianos que seguiu para a Bahia:

Pater Damianus Botellius, illustrissimi de Marci Teixeriaë, tum in Brasilia Episcopi Frater, qui tunc Conimbricæ ex officio concionabatur: et Pater Antonius Sosa; is de quo multa in pogressu dicemus, et in cuius maxime gratiam hanc expeditionem secibimus. Alterum par hoc est Patrem Ioannem Nunes, et Patrem Andream de Gouea Dux Portuensis secum duxit.⁴

² Serafim Leite, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 8, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, pp. 278-279.

³ Bartolomeu Guerreiro, S.J., *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal, pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos holandezes, a oitio de Mayo de 1624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625*, Lisboa: Matheus Pinheiro, 1625, fls. 66-66v.

⁴ P. Francisco de Macedo. *Soc. Iesu Expeditio Brasilica, 1626*. Real Academia de la Historia de Madrid, Colección Jesuitas, Tomo IV, fl. 229v. (antiga numeração) ou fl. 2 (numeração posterior).

Essa afirmação do padre Macedo demonstra o equívoco de Serafim Leite, que não leu o referido manuscrito em relação a André de Gouvêa, confirmando que esse chegou ao Brasil apenas em abril de 1625, na esquadra portuguesa chefiada pelo almirante D. Manuel de Meneses. Esses quatro jesuítas vieram para o Recôncavo baiano com missões específicas. O padre Botelho veio pela proximidade familiar com o líder da resistência contra os neerlandeses, o bispo D. Marcos, visto que, até a partida da esquadra portuguesa para o Brasil, não havia sido divulgada, em Lisboa, a notícia do seu falecimento, ocorrido a 8 de outubro de 1624. João Nunes assistiu aos soldados enfermos, ganhando, segundo uma biografia manuscrita conservada na Biblioteca Nacional de Portugal, o apelido de “Padre Santo”.⁵

A missão do padre André de Gouvêa era investigar a situação dos engenhos pertencentes ao Colégio de Santo Antão, após a invasão neerlandesa e a subsequente restauração da Bahia, investido como procurador dos interesses da Congregação no Recôncavo. Investigar e enviar relatórios. A “Relação de 1625” foi, aliás, o primeiro de vários documentos de caráter administrativo e informativo que André de Gouveia escreveu acerca do Engenho de Sergipe do Conde, enviando-os, algumas vezes, por duas ou mais vias, tanto para o Colégio de Santo Antão quanto para o Arquivo Geral da Congregação em Roma. Podemos assinalar como de autoria do padre Gouvêa a *Lembrança das terras de Cabeceiras que Baltasar da Mota vendeo em Março do ano de 1617* e os *Papeis tocantes a fazenda da Igreja de S. Antam*, que, segundo Serafim Leite, foi despachado por quatro vias, estando duas delas conservadas no Arquivo Geral em Roma.⁶

No caso da *Relação de 1625*, entretanto, só existe uma via destinada aos padres lisboetas. Finalizada em julho, deve ter sido encaminhada no retorno da armada restauradora para o reino, em agosto do referido ano, por meio de um dos confrades de André de Gouvêa, o

⁵ Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, Códice 8988, século XVII, *Vida do Veneravel P.^e Joam Nunes da Comp.^a de Jesus confeçor da Sereniss.^a Raynha de Portugal D. Luiza Maria de Gusmam Regente actual do mesmo Reyno*, fls 1-41v. Sobre a participação do Padre João Nunes na Jornada dos Vassallos, ver fls. 5v.-8v.

⁶ Leite, *História*, p. 279.

único dos jesuítas embarcados que permaneceu no Recôncavo após a rendição neerlandesa.

Diferente das outras relações publicadas em Portugal, na Espanha, na Itália, na França e até no México, em 1625, noticiando as glórias da armada restauradora da Bahia e a capitulação dos neerlandeses, a relação de Gouvêa teve objetivos mais pragmáticos. É antes um relatório do que uma relação, e isso é uma das suas peculiaridades. Enquanto todos os folhetos publicados à época focavam apenas os combates que ocorreram nos arredores da capital, entre abril e maio, o texto do padre Gouvêa enfoca uma região específica do Recôncavo baiano – Sergipe do Conde, no atual município de São Francisco do Conde. Outra relação que se apresenta como uma exceção às demais foi escrita pelo franciscano frei Francisco de San Juan, que oferece notícias do litoral norte da Bahia, dos aldeamentos jesuíticos do Espírito Santo e de São João, onde os moradores de Salvador se refugiaram em maio de 1624.⁷ Assim, além da relação de Gouvêa, até o presente, não foi encontrado outro texto que descreva as consequências da invasão neerlandesa de 1624, no Recôncavo baiano.

Diferente dos demais textos que correram impressos em 1625, a relação do Padre Gouvêa deveria circular apenas no restrito círculo da congregação dos jesuítas. O texto traz uma discussão acerca da viabilidade da congregação manter os engenhos no Brasil, envolvendo ques-

⁷ “Da tomada da Cidade da Bahia, e o que mais sucedeu até a morte do senhor Bispo”, Biblioteca Nacional de España, Ms. 17533, fls. 21 a 31v. Esse manuscrito, com uma apresentação deste autor, já se encontra no prelo. Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “Frei Francisco De San Juan: Um missionário espanhol na Bahia em 1624”, *Hispania Sacra: Revista de historia eclesiástica de España*, n. 127 (2011). Stuart B. Schwartz, “The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640”, *The American Historical Review*. Vol. 96, n. 3 (1991), pp. 735-62. Neste artigo, Dr. Schwartz indicou a existência do manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de España, mas cometeu um equívoco paleográfico, trocando o nome do autor de “Francisco de São João” para “Francisco de São Brás” (pp.740-3). Caso ainda persista alguma dúvida acerca do nome do autor da referida relação de 1624, indico a obra de referência: *Fontes manuscritas para a História do Brasil conservadas em Espanha*, Madri: Fundación Mapfre Tavera/Ministério da Cultura do Brasil, 2002, p. 601, onde está registrado que o manuscrito é de autoria de Fr. Francisco de São João. A tradução para San Juan foi feita por mim, acreditando que o referido manuscrito seja uma cópia portuguesa do século XVIII, a partir de um original castelhano do século XVII, quando Francisco de San Juan foi registrado pelo tradutor como Francisco de São João.

tões de arrendamentos e disputas pela herança da condessa de Linhares. Gouvêa, segundo informa, teve acesso aos cadernos de contas do padre Simão de Souto Maior, ainda conservados no cartório jesuíta, registrando as safras de 1622 e 1623, visto que, como ironicamente afirmou, “O anno seguinte não fez o Engenho por amor dos Olandeses”.⁸ O padre Simão de Souto Maior, o antecessor de Gouvêa na administração do engenho, havia sido capturado pelos neerlandeses em 1624.

Outra observação feita por André de Gouvêa foi a de que a compra, no Brasil, de produtos necessários para o engenho inviabilizaria sua produção por gerar uma despesa superior à receita conseguida com o açúcar. Os produtos manufaturados, assim como os alimentos para os religiosos, deveriam ser enviados pela congregação, de Portugal, para baratear os custos. Isto, aliás, já começara a ser feito, pelo menos desde o ano anterior ao padre Gouvêa apresentar essa sugestão aos seus superiores. Uma carta do jesuíta Manoel do Couto, citado três vezes na *Relação de 1625* como “P.^o Couto”, indica que, apesar da guerra contra os neerlandeses, o Engenho de Sergipe do Conde não deixou de ser abastecido com vinho e fardos de lona vindos de Portugal. Numa carta escrita em Olinda, a 7 de dezembro de 1624, Couto diz o seguinte:

E perdoe Deus ao P.^o Soto Maior q pudera estar ate agora no seu Engenho, e ter feito muita fazenda Sem ninguem o Inquietar, [os holandeses] numqua sairão fora da cidade passante de tres legoas; E o Engenho esta mais de dez legoas metido por hum Rjo niqua puzerão pé. Nouas da triste Bahya ao prezente São estarem ainda os Olandezes muito forteficados nella, E com intento de a pouoar; mas quererá o S^{or} Deus, q Em uindo a nossa armada pagarão todos (como VR diz na sua) todos os males que tem feito. Aqui uierão ter da ilha da madr^a em hi nauio carregado de vinhos dous fardos de lona, q trazião quinhentas Varas, la os mandei em his barcos q daqui forão á Torre de Garcia Dauila, p^a dahi Se entregarem aos Padres, que morão nas aldeas agora, 8 legoas da mesma torre, pera q os mandem ao Engenho de Cerigi.⁹

⁸ “Caderno de Contas do Emg.^o de Seregippe das safras q Comesou Em 21 de julho de 622 E acabou em 19 de majo de 623 Em q Asistio o p^o Simão de Souto major”, 21/06/1622. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Cartório Jesuítico, Maço 17, Documento n. 21.

⁹ “Carta do Padre Manoel do Couto ao Padre Estevão de Castro”, Pernambuco, 07/12/1624. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório Jesuítico, Maço 70, Documento n. 91.

No verso da folha 3 da *Relação de 1625*, Gouvêa faz ainda uma grave acusação de que o padre Couto havia vendido terras “a homens da nação”. Apesar dessa queixa do jesuíta, era bem conhecido o fato de que grande parte dos senhores de engenho do Recôncavo, nos séculos XVI e XVII, eram cristãos-novos. Isto, não obstante, reforça a afirmação de que esse relato deveria circular apenas entre os seus confrades.

A existência do manuscrito da relação de André Gouvêa ficou quase esquecido pela História. “Quase”, porque o único historiador que fez um registro desse documento foi Stuart Schwartz, no livro *Segredos internos*, sem indicar, contudo, a autoria.¹⁰ Esse documento foi utilizado por Schwartz ao longo do referido livro, servindo para fundamentar suas conclusões no que respeita à situação do Recôncavo baiano ao término do primeiro quartel do século XVII. Isto confirma a relevância do manuscrito para a história do Recôncavo e do Engenho de Sergipe do Conde, num período de agitação política e crise econômica.

O conteúdo do manuscrito enfatiza três aspectos do Engenho de Sergipe do Conde, sendo o primeiro a complexidade da sua situação jurídica, o segundo, a sua ruína após a invasão da Bahia em 1624, e o terceiro, e mais relevante, a situação dos africanos escravizados que caracterizava a principal parte da sua força de produção.

A história da situação jurídica do Engenho de Sergipe do Conde, no século XVII, já ocupa as páginas de diversos estudos, dentre os quais podemos destacar os de Serafim Leite, Stuart Schwartz e Vera Lúcia Amaral Ferlini.¹¹ Por essa razão, não nos deteremos nesse ponto, mas ainda é necessário esclarecer a disputa do Colégio de Santo Antônio com o padre Francisco de Araújo, abordada no manuscrito, e a entrada do Colégio da Bahia na posse desse engenho. A disputa envolvendo o padre Francisco de Araújo é mencionada na segunda folha da *Relação de 1625*, quando Gouvêa advertiu sobre a necessidade de realizar medições para confirmar os limites da propriedade:

¹⁰ Stuart Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 154.

¹¹ Vera Lucia Amaral Ferlini, *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

Conuẽ e he m^{to} necessareo fazerẽsse midiois pello proueito q dizẽ nos ficara cõ os sobejos das terras mas aõsse de gastar nisto bons^{dos}. pello q vs. Rs. me auisẽ o q nisto farei, hia não se escusa q he pella banda do mar, p^a se auirguarẽ duuidas antiguas q Com hi clerigo a q dis lhe tomamos terras.

Apenas a 20 de setembro de 1631, por requerimento do padre Araújo, a medição foi realizada pelo dr. Miguel de Cisne de Faria, sendo iniciada “neste porto de Romão Dias sito na barra de Sergipe do Conde ensima de hia lagem que tem huma crus feita nella ao pee do mosteiro nouo de Sancto Antonio”.¹² Após uma semana de medições, dr. Cisne de Faria, trabalhando nos limites do rio Acupe, no engenho de Maria de Araújo, concluiu que:

Prouara que aos Reuerendos padres do collegio de sancto Antão de lisboa não Pertencẽ per suas çesmarias mais terra nos limites de sergipe desta capitania q duas leguoas e meã de terra de leste ao Oeste E quatro leguoas de sertão pera o Norte pella sua primeira cesmaria e me legoa mais longuo da costa pera p Paraitú quootro leguoas tambem para o sertão pella sua segunda çesmaria e nenhuma Outra terra mais lhes pertensse nos ditos lemites que se lhe deua medir per que Prouara que a tersseira cesmaria dos embarguados pella qual indiuidamente pertendẽ auer a tersseira legua de cuia medissão se trata.¹³

Desta forma, o Colégio de Santo Antão havia perdido para o padre Francisco de Araújo uma significativa extensão de terras, que se estendiam em direção ao Iguape, a fazenda Saubara, que, aliás, foi legada pelo sacerdote à Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

O segundo ponto a ser observado é a ocasião em que o Colégio da Bahia afirmou seu interesse na herança do Engenho de Sergipe do Conde. Até recentemente, pensava-se que a viagem dos jesuítas Antonio Vieira e Simão de Vasconcelos para Lisboa, em 1641, tivera objetivo estritamente político: o de confirmar a aclamação da monarquia portuguesa na

¹² Dirigida ao Padre Diogo Cardim da Comp.^a de Ihs Procurador da Ig^a noua do Coll.^o de S^{to} Antão de Lx.^a 2^a Via, 16/10/1631, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cartório jesuítico, Maço 46, Documento n. 10, fls. 1 a 1v.

¹³ Dirigida ao Padre Diogo Cardim, fls. 23v. e 24.

Bahia, naquele mesmo ano. Pesquisa recente, no cartório jesuítico, revelou um documento que comprova que a ida de Vieira e Vasconcellos para o Reino também teve fins econômicos, confirmando os interesses dos jesuítas brasileiros na propriedade do Engenho de Sergipe do Conde.

Uma certidão assinada por Vieira e Simão Vasconcelos, o segundo como procurador do Colégio da Bahia, e por Nuno da Cunha, pelo Colégio de Santo Antão, iniciou uma aliança dos dois colégios para ampliar as vantagens da Congregação dos Jesuítas na disputa pela herança da condessa de Linhares, opondo-se conjuntamente aos interesses da Santa Casa de Misericórdia sobre o mesmo espólio. Essa certidão tem valor histórico, também, por ser, à exceção da Carta Anua de 1626, o documento mais antigo com a firma do padre Vieira, desconhecido de todos os seus biógrafos, incluindo João Lúcio de Azevedo. Por essa razão, vale publicar a referida certidão na íntegra:

Compromiço entre os P.^{es} do Coll.^o da Baya, e o Coll.^o de S. Antão sobre a demanda, q trazem da terça do governador Men de Sáa em q são juizes louuados por parte dos P.^{es} do Brasil o P.^o Ant.^o Vieira, e por parte do Coll.^o de S. Antão o P.^o Nuno da Cunha na forma q consta pello compromisso escrito q fizerão as mesmas partes cõ os poderes por parte do Coll.^o da Bahya, q trouxe o P.^o Simão de Vasconcellos companheiro do P.^o Prouincial da mesma Prouincia, e por parte do Coll.^o de S. Antão, administrador da fazenda q ficou da Condeça de Linhares Dona Fellipa de Sáa. em 16 de Junho de 642.

Logo no mesmo dia disserão os padres nomeados por juizes, q elles aceitauão a cõmição tanto, quanto em 16 de iunho de 1642, e assinarão aqui.

Antonio Viejra Nuno da Cunha

Declarẽ a partes se estão satisfeitas dos poderes q nos tem dado p.^a se proceder a Ulteriora. Hoie 26 de Junho 642.

Antonio Viejra Nuno da Cunha

Vi a procuração do P.^o Simão de Vasconselos, e ainda q não exta confiome da palaura q tem dado porq concorda com a procuração qui.

Ant.^o Barradas

Contẽtome com os poderes q tẽ o p.^o R.^{tor} p.^a este negoceo, e de claro q os meus se acharão nas notas de joão de freitas Taballleão na Cidade da B.^a Lx.^a 16. De junho de 642.

Simão de V^{cõ}sellos

[verso]

E logo no mesmo dia os Padres juizes mandarão dar uista das rezõis de parte a parte assinando tres dias de termo, p.^a responderem a ellas, declanrandolhe, q na forma de compromisso não há de auer treplica, nem outra uista ainda por restituição. Hoie 16 de junho de 642.

Nuno da Cunha Antonio Viejra ¹⁴

Ainda demoraria mais de duas décadas para a questão que envolvia os herdeiros do engenho começar a ser resolvida, ficando os colégios jesuíticos como os vencedores de quatro décadas de contenda nas instâncias jurídicas do Brasil e de Portugal. Aliás, foi o próprio Simão de Vasconcellos que voltou a Lisboa, em 1663, para, junto com o padre Baltasar Telles, definir alguns pontos sobre a partilha da herança da condessa entre os dois colégios jesuíticos, que somente foi definitivamente resolvida em 1676.¹⁵

Em 1625, contudo, o Engenho de Sergipe do Conde estava praticamente destruído. O relato de Gouvêa confirma que, durante a invasão neerlandesa, o sistema produtor de açúcar do Recôncavo ficou temporariamente desorganizado, e mesmo o Engenho de Santana em Ilhéus, distante 60 léguas, também propriedade dos jesuítas, só voltara a moer cana em janeiro daquele mesmo ano, produzindo apenas cem arrobas do produto. Os problemas na produção do açúcar não se restringiram aos engenhos dos religiosos, constituindo-se numa crise geral.

Uma afirmação de Gouvêa resume os efeitos da crise de 1620 sobre os produtores de açúcar no Recôncavo: “não uejo por qua Sõr de engenho rico, antes todos pobres”. Schwartz já havia observado que muitos senhores de engenho do Recôncavo acumulavam, não obstante suas manifestações de poder, dívidas decorrentes de incapacidade administrativa, sendo comum lavradores prósperos tornarem-se falidos proprietários de engenho.¹⁶ A conjuntura da crise do açúcar nos anos de 1620, somada às guerras neerlandesas e ao aumento do preço de esca-

¹⁴ *Compromiço entre os P.^{es} do Coll.^o da Baya, e o Coll.^o de S. Antão sobre a demanda, q trazem da terça do governador Men de Sáa, 16/06/1642*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cartório jesuítico, Maço 19, Documento n. 12.

¹⁵ Schwartz, *Segredos internos*, p. 398.

¹⁶ Schwartz, *Segredos internos*, p. 228.

vos, quase gerou o esgotamento do sistema produtor, colocando-o à beira de um colapso no Recôncavo. Não havia senhores de engenho afortunados, “antes todos pobres”, assevera o jesuíta.

O padre Gouvêa permaneceria no Recôncavo baiano até por volta de 1630 e, nesse período, manteve a sua Congregação informada do que se passava com o engenho e dos problemas que se prolongavam sem solução imediata. Em 1626, relatou “o estado da terra E a barateza do asucar, E grandes gastos do Emg.^o E q suas R^{as} se dezemganem”, concluindo que “Estaua o Emg.^o hi hospital de dezemparo, E de tudo desprouido q não de hia botija de azeite E quatro alqueires de sal”.¹⁷ Nesse mesmo ano, ainda escreveu mais duas cartas sobre a situação de precariedade do engenho, uma em maio e outra em outubro.¹⁸

O mais extraordinário assunto que foi tratado por Gouvêa, na relação, passa pelas questões que envolviam os africanos ligados ao engenho. O maior problema, também segundo as cartas de Gouvêa, foi a falta de africanos para dar andamento à produção do Engenho de Sergipe, e a situação de resistência e opressão desses homens e mulheres no ano da invasão neerlandesa, também foi retratada. Apesar dos estudos de Pedro Puntoni, Luiz Felipe de Alencastro e Klaas Ratelband sobre o comércio de escravos no Atlântico Sul, durante as guerras neerlandesas, o fato é que a situação dos africanos no Recôncavo baiano, entre 1624 e 1654, é pouco conhecida pela historiografia.¹⁹

Sabe-se, pelo relato do alemão Johann Gregor Aldenburgk, que um contingente militar negro foi organizado pelos neerlandeses para auxiliá-los na defesa de Salvador em 1624, sendo composto por cerca de 200 africanos chefiados por um, chamado Francisco, executado quando os luso-espanhóis recuperaram a capital. A esse regimento foram integrados os africanos apreendidos em uma desavisada embarcação

¹⁷ Carta do Padre André de Gouvêa, 18/04/1626, Arquivo Nacional da Torre do Tombo: cartório jesuítico, Maço 68, Documento n. 394.

¹⁸ Carta do Padre Andre de Gouvêa, 04/05/1626, Documento n. 395; Carta do Padre Andre de Gouvêa, 03/10/1626, Documento n. 264.

¹⁹ Pedro Puntoni, *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*, São Paulo: Hucitec, 1999; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia da Letras, 2000, pp. 209-15; Klaas Ratelband, *Os holandeses no Brasil e na costa africana: Angola, Kongo e São Tomé, 1600-1650*, Lisboa: Vega, 2003.

portuguesa que chegava de Angola.²⁰ Por outro lado, a relação de Gouvêa confirma que muitos negros perceberam na invasão neerlandesa, com o consequente desvio dos mecanismos de repressão para as proximidades da capital, a oportunidade de buscar a liberdade, fugindo para o interior do Recôncavo.

Nesse sentido, André de Gouvêa observou que os africanos aproveitaram-se dos distúrbios militares para organizar mocambos no Recôncavo, na ocasião em que os senhores de engenho ocupavam suas milícias armadas, tentando manter os neerlandeses sitiados no interior dos muros de Salvador. Por questões financeiras, os africanos que fugiram do Engenho de Sergipe preocupavam o jesuíta, fazendo-o prometer aos seus superiores que “os negros do matto q andão fogidos, uindo o uerão trato de o ir uer.” O “verão” para Gouvêa começaria no mês de setembro, após o período das chuvas, ocasião em que o jesuíta procuraria os africanos que aproveitaram a situação da guerra para fugir.

É possível que, a partir dessas primeiras fugas, a preocupação meramente econômica seria substituída por uma preocupação estratégica. Uma leitura polissêmica da afirmação inusitada de “q de necessidade ão de dar negros aos lauradores doutro modo he como se fizessẽ hi ãgenho ã Lx.”²¹ permite duas conclusões. A primeira é de que a crise do açúcar de 1620 impossibilitou os lavradores de adquirir africanos escravizados para utilizar nas plantações.²¹ A segunda é de que africanos que pertenciam a outros proprietários do Recôncavo, estando nesse rol os lavradores de cana, podem ter aproveitado a ocasião de guerra para buscar liberdade. Talvez nessas fugas de 1624 e 1625, confirmadas no Sergipe do Conde pelo relato de Gouvêa, esteja a origem dos mocambos do Rio Vermelho e do rio Itapicuru em fins da década de 1620.

O mocambo do Rio Vermelho, ao contrário do que a toponímia pode sugerir, não ficava no litoral da barra da Bahia, na foz do Camurujipe,²² ao sul da capital, no moderno bairro do Rio Vermelho. Situava-se, muito

²⁰ Johann Gregor Aldenburgk, *West-Indianische Reitze und Beschreibung der Belag-und Eroberung der Statt S. Salvador in der Bahie von Todos os Sanctos*. Coburgk: Friderich Gruners, 1627, fls. 15v. e 20.

²¹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 151-2.

²² Rio Vermelho em tupi.

possivelmente, no atual Largo do Tanque, ao norte da antiga Salvador, no curso médio do Camurujipe. A ocupação do Rio Vermelho por africanos, que aparece na documentação do século XVIII como Itapagipe de Cima, deve ter sido iniciada após o abandono das choupanas onde funcionava o Arraial do Bispo, que fez a resistência contra os invasores neerlandeses entre junho de 1624 e abril de 1625.²³ Frei Vicente do Salvador descreveu o local do Arraial do Rio Vermelho, que teria dado lugar ao mocambo, como “chá de um monte a que se não podia subir senão por três partes, nas quais (o bispo) mandou fazer três trincheiras”.²⁴

Após a restauração da capital pela armada luso-espanhola, as milícias que organizaram a primeira resistência não tiveram mais razões para ocupar aquele ponto e a capital voltou a ser repovoada pelos luso-brasílicos. O que os africanos fizeram foi estabelecerem-se num ponto defensável, que estava abandonado pelos primeiros ocupantes. Assim, seu assento naquela área garantiria uma defesa estratégica contra investidas de senhores de engenhos. Além disso, a instalação do mocambo do Rio Vermelho, onde se situa o atual Largo do Tanque, garantiria as facilidades do acesso marítimo ao Recôncavo, do fluvial ao Camurujipe e, até mesmo, à chamada estrada do sertão. Vale, aqui, a observação de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes de que “a relação dos quilombos com a sociedade envolvente, e não seu isolamento, explica sua formação e sobrevivência”.²⁵ Caso o mocambo do Rio Vermelho tivesse sido estabelecido na barra da Bahia, todas as vias de comunicação apontadas acima ficariam comprometidas.

Outro mocambo que absorveu a atenção dos senhores de engenho do Recôncavo foi o do rio Itapicuru, e contra ele foi organizada a jornada do Mocambo pelos senhores de engenho da Bahia, em 1636. Uma constatação imediata é o silêncio em torno dessa expedição diante das autoridades ibéricas. Alguns documentos dessa jornada tramitaram

²³ Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “Equus Rusus: A Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2010), Volume 1, capítulo 1.2 (onde o autor discute a localização exata do Arraial do Rio Vermelho, que deve ter sido o local também do Mocambo do Rio Vermelho).

²⁴ Frei Vicente do Salvador, “História do Brasil”, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume 13, Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1888, p. 213.

²⁵ João José Reis & Flávio dos Santos Gomes, “Uma História da Liberdade”, in Reis e Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), p. 19.

nas atas da Câmara da Bahia, local de grande representação dos senhores de engenho,²⁶ entre 1632 e 1646, mas não aparecem em documentos produzidos por outras instituições ibéricas ligadas ao ultramar. O fato é que, entre a Jornada dos Vassalos (1625) e a “Jornada dos Negreiros” para restaurar Angola (1648), existe uma Jornada do Mocambo (1636), mas sua história, até o presente, não foi devidamente investigada.

Deve-se, no entanto, diferenciar de imediato a história dos Palmares da história dos mocambos da capitania da Bahia no segundo quartel do século XVII. Enquanto os Palmares foram edificados sobre a instabilidade política e militar gerada pelas guerras de resistência (1630-1637) e pela restauração de Pernambuco (1645-1654) contra os neerlandeses, os quilombos da Bahia podem ter surgidos na instabilidade gerada pela invasão de 1624, mas se desenvolveram sob o período de maior militarização da história do Recôncavo colonial, ao longo da guerra defensiva (1625-1654) contra os neerlandeses. Em 1625, mil soldados portugueses deram origem ao Terço Velho, seguidos de 800 luso-espanhóis que, em 1631, constituíram o Terço Novo. Entre 1637 e 1644, o exército de Pernambuco com 1.200 soldados ficou acampado em Tatuapara e, depois, nas imediações de Salvador, sendo que a armada do conde da Torre estacionou 15.000 homens de mar e guerra no porto de Salvador, entre 1638 e 1640.²⁷

Não há, entretanto, qualquer notícia de que, entre 1625 e 1650, esses contingentes de origem europeia tenham sido deslocados da defesa contra os neerlandeses para a ofensiva às comunidades dos mocambos. Apenas os contingentes de Henrique Dias e de Antonio Camarão foram utilizados contra o Mocambo do Itapicuru, por volta de 1640. Não era função da Coroa reprimir tais comunidades. Essas foram guerras levadas a cabo por senhores de engenho, representantes e representados pelo poder local da Câmara Municipal, com o objetivo de capturar os africanos para aumentar seus ganhos e seu plantel. E esse poder local desejava manter a Coroa afastada dos seus negócios.²⁸

²⁶ Charles Ralph Boxer, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1965 pp. 104-7.

²⁷ Magalhães, “Equus Rusus”, v. 1, capítulo 2.

²⁸ O autor está desenvolvendo um estudo acerca do Mocambo do Itapicuru, no segundo quartel do século XVII.

Voltando ao texto da relação de Gouvêa, temos acesso a outras informações, para além de questões militares, de natureza relativa à história social dos africanos e dos negros no Recôncavo baiano. Uma notícia do relatório comprova a afirmação de Schwartz de que, em meados do século XVII, “entre os especialistas na manufatura do açúcar e dos artesãos dos engenhos era sempre crescente a participação de brasileiros e pessoas de cor”.²⁹ O ofício de mestre de açúcar no século XVI costumava ser ocupado por homens com experiência no fabrico do produto nas ilhas atlânticas portuguesas. Gouvêa reconhece a importância e a experiência de um mestre de açúcar crioulo que trabalhava no Engenho de Ilhéus, enaltecendo que “so hi negro Crioulo q tẽ aquelle engenho, q serue nelle de mestre de asucar, posto no de Sergippe, importa mais q tudo quanto nos rende o de Ilheos”. Um jesuíta que viveu na Bahia, em fins do século XVII, abona a necessidade de os engenhos possuírem um mestre de açúcar competente, afirmando que “o seu obrar pede intelligencia, attenção & experiencia: & esta, não basta que seja qualquer, mas é necessaria a experiência local, a saber, do lugar, & qualidade de Cana onde se planta & aonde se moe”.³⁰

No campo quantitativo, a relação registra, inclusive, um arrolamento dos africanos que viviam no engenho quando o jesuíta o visitou em julho de 1625. Gouvêa não encontrou o inventário dos escravos que trabalhavam no engenho, mas contou 88 africanos que permaneceram nas suas dependências, sendo 55 negros e 33 negras. Desses, oito eram jovens demais para trabalhar, cinco meninos e três meninas.

Surpreendente foi a contagem da proporção de idosos e indivíduos com problemas físicos. Segundo Gouvêa, dos 50 homens adultos, 22 eram idosos ou debilitados, e das 30 mulheres, 12 estavam impossibilitadas de trabalhar pelo peso da idade ou por problemas físicos.³¹ “Velhos e entrevados” somavam o significativo número de 44% dos negros e

²⁹ Schwartz, *Segredos internos*, p. 277.

³⁰ André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 18.

³¹ Schwartz, *Segredos internos*, p. 286. Ver a Tabela 34, em que fica perceptível, ao cotejo com o verso da primeira folha do original manuscrito da *Relação de 1625*, o equívoco cometido na disposição das informações para o ano de 1626, tanto no total do número de escravos quanto na troca dos números entre os idosos e os adultos.

40% das negras daquele engenho, possivelmente resultado do desgaste físico nas lavouras de cana. É possível que essa condição de penúria física tenha impedido os africanos, que ainda ficaram residindo no engenho, de se juntar aos que fugiram para os matos, atitude que poderia exigir um esforço de sobrevivência para o qual não estariam mais fisicamente aptos. Gouvêa ainda observa aos seus superiores que “p^a se refazer o engenho [...] são necessareos 72 negros, e 6 negras”.

O total de adultos aptos para a exploração da mão de obra somava 28 homens e 18 mulheres, sendo, no caso masculino, bem aquém dos 72 negros necessários para movimentar o engenho. Caso esse número indique o total de africanos do sexo masculino que trabalhava no engenho antes de Gouvêa chegar, pode-se inferir que cerca de 44 negros abandonaram o local, restando somente 28 adultos, ou seja, 59% dos homens do Sergipe do Conde teriam buscado a liberdade por meio da fuga.

Em 1711, outro André, o também jesuíta André João Antonil, anagrama utilizado por Giovanni Antonio Andreoni, retratou, no livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, a grandeza e a pujança do Engenho de Sergipe do Conde, “que entre todos na Bahia é o mais afamado”.³² André de Gouvêa, não obstante, pintou cerca de setenta anos antes de Antonil, na presente relação, o primeiro retrato do mesmo engenho, que “segundo uos de todos he o melhor destes estados”. Gouvêa não se limitou a apresentar uma imagem da ruína do engenho em 1625, mas assinalou o potencial econômico e as tensões humanas de um empreendimento colonial no Recôncavo baiano.

Trascrição paleográfica

[Folha 1]

Relaçam do estado em q achei O
Engenho de Sergippe feita
em julho de 625.

Este engenho segundo uos de todos he o melhor destes estados / posto q feitores passados o daneficarão m^{to}, como as terras q uenderão / junto a elle, q oje puderão seruir p^a lenhas.

³² Antonil, *Cultura e opulência*, p. 46.

So as Canas q estão obrigadas a este êgenho podẽ dar q / fazer a 20 engenhos, e oje moem 14 ou 15. Temos sitios / aonde se podem fazer mais 3 engenhos de agoa.

Q em deforos sabidos, das terras q se uenderão 52 galinhas, / de arrendamentos 33 em farinha de pau 543 alqueires / em dr^o 65U de todas estas cousas se deveu quantidade mas / não ha pagar.

O engenho achei ã partes arruinado, a Casa de todo / o mouel roubada, so 2 colchoisinhos achei, 2 cobertores, 2 / lençois, 3 cadeiras, hia mesa, 2 toalhas de alguodão o mais ua / reo, e tenho por informação q auia m.^{to} mouel na Casa, de que o Ir / Esteuão domingues da pouca rezam.

As barcas achei podres, sem enxarceas, sem uellas, O engenho / sem fundos sem cobres de pastas, sem ferro, sem breu, sem treu / p^a uellas, sem toldos p^a cobrir os asucres, sem cousa algia tocante / ao fornecimento do engenho, e p^a agora se lançar a moer a mister mais / de 3 U^{dos}.

Achei na Casa de purgar 125 Caixas de asucar q auia poucos / dias tinha uindo do mato, donde esteue hi anno, ã hia Casa / de palha, mal acondicionada, e perdeusse m^{to} asucar, e o q ficou / m^{to} mal acondicionado, mandei abrir as caixas, e m^{tas} so/ acharão roubadas, outras gastadas do tempo, e assim de 125 / q erão ficarão em 110.

A casa de purgar achei ½madeirada, e telhada, mas / sem andaimes p^a se porem as formas do asucar, sem

Na margem: depois de ser esta feita, soube como estauamos deuedo nos Ilheos 200U / o de q não no sei, bem prouado tenho cõ estes exemplos o pouco q nos serue / este engenho.

[Verso]

sem a casa p^a o poso, sem Casas p^a os officiais, sem tanque / e fornalhas p^a os melles, o q tudo a de custar mais de [número destruído]

Dos negros da fazenda não achei enuentareo, conteios / achei 55 negros destes são moços 5 negras 33 destas / são pequenas 3 mas os negros de 50 q são so 28 seruẽ / pellos outros serẽ uelhos, e intreuados, as negras so 18 seruẽ / as mais são uelhas, entreuadas, p^a se refazer o engenho / desta gente são necessareos 72 negros, e 6 negras.

O curral não acho inuentario delle, nẽ eu neste tempo / o posso ir fazer por ser inuerno, tenho por informaçam / q nos não serue, e en lugar de dar proueito da perda, nem / bois da p^a seruiço do engenho, e o homẽ branco q tem cui / dado delle me confessou q não rendia p^a lhe pagar os seus / 30 U q tem de cellareo, a causa disto he por não andarẽ os / pastos limpos, nẽ o mudarẽ, e as onças do mato tãobem lhe / fazem m^{to} dano, e

os negros do matto q andão fogidos, uindo o / uerão trato de o ir uer, e acho q he melhor dallo a hi laura- / dor q tenha cuidado delle com lhe darẽ o 3º ou 4º assim / fazem qua os homens q tratão de fazendas, e não termos cu- / rral q so a perda q nos da nos negros uaqueiros (q ordina- / ream^{te} são 5) uale mais q todo o proueito q pode dar / contudo não farei esta mudança sem o parecer de us.Rs.

Diuidas q achei deuia este engenho, não faltão, uou / fazendo hi rol, dos acredores q uem pedir q se lhe deue / ja tenho posto no rol – 1261U411. Estes se deuẽ a offiçiais / q fizerão a Casa de purgar, ã q tem trabalhado no engenho / e de letras q o p^e prometeu passar recebendo o dr^o. afora estas / diuidas, ja tenho por notiçia de outras duas letras, q o p^e / prometeu passar e recebeu o dr^o, e passão de 500 e tantos mil / rs. como a terra ainda não esta desẽbaraçada, não sei ao / serto o q se deue porq ainda os papeis do p.^e não appareçerão / contudo sempre se uirão a resumir ã mais de sinco mil ^{dos}

[Folha 2]

e he forçoço q pagar se lhe porq são homens pobres, e os mais / se uão nesta armada, e querẽ leuar cõsigo o q ganharão / he me forçoço passar lhẽ letras, por não uender todo o asu- / car, q pode ir agora sem risco de ladrois.

Afora estas diuidas se acrescentão outras q de necessida- / de se uão fazendo p^a lançar a moer o engenho, e por / se comprar o q conuem se a mister mais de 3U^{dos}, / seguesse logo pagar lenhas, e os hordenados q se uão uen- / cendo, porq os homens q seruẽ não tem outra cousa donde / comão, e vs.Rs. se resolução q se o engenho a de gastar dos / asucares uendendoos qua pello preço da terra, q nunca / a receita a de passar pella despesa, pello q julgo / q dão pouco proueito os engenhos, e eu uejo todos / os q os tem pobres, e os mercadores q os prouẽ ricos, / pello q se do Reino não uier todos os annos o q he necessa- / reo, p^a este ã genho, p^a q qua não compre nada, e ua em- / barcando todo o asucar ao reino, trabalhamos debalde.

Acho nas contas do anno de 623, com q correo parte / deste anno B^{ar} da motta, e parte o p^e Souto major, acho / q passou a despesa pella receita 314 U 510, isto porq / comprou tudo qua, e uendeo o mais do asucar pello preço / da terra, e mais de 2U^{dos} intereça o engenho todos os / annos se se prouer do reino, mas de lla (sic) não tem o olho / senão nas caixas q uão, e não respeitão aos foros gastos / q faz hi engenho, agora fação vs. Rs. o q melhor lhe / estiuer mais isto q digo he pura uerdade.

Ao engenho deuẽ m^{to} mais, do q nos deuemos, mas a maior / parte destas diuidas, são muj remotas, e inmaranha / das, tarde, ou nunca se cobrarão.

Conuẽ e he m^{to} necessario fazerẽse midicois pello / proueito q dizẽ nos ficara cõ os sobejos das terras

[Verso]

mas aõsse de gastar nisto bons ^{dos}. pello q vs. Rs. me auisẽ o q / nisto farei, hia não se escusa q he pella banda do / mar, p^a se auirguarẽ duuidas antiguas q Com hi clerigo / a q dis lhe tomamos terras, e p^a a prouisão del Rej em q / nomeia desẽbarguador p^a isto, os homens mais praticos / me dizẽ q m^{tos} dos nos ficarão desta mediçam.

O engenho dos Ilheos segundo a informaçam q acho / seruenos pouco, e da nos m^{ta} perda, agora me pedem delle / barcas 500U de negros, bois e mais cousas tocantes a fabri- / ca do engenho, mas eu dessimullo ate de vs.Rs. ter a / resullução do q ei de fazer aserca disto. Este engenho / dista desta Cidade p.^a a parte do sul 60 legoas. p^a dar / proueito he necessario ajudar os lauradores, com lhe / dar negros fiados, q tão pobres são, e ja o p^e Souto major / deu no seu tempo algus a pagar ã asucar, se m^{tos} dera / mais se perdera, porq são miseros, donde o engenho não / pode de nenhi modo dar a seu Sõr proueito, e bem se / ue, q nas contas q o p.^e Souto major tomou, ao procur- / ador deste Coll.^o, quando foi a tomar da posse desta fa- / zenda, acho q ã 2 annos q este Coll.^o correo com / aquelle ã engenho q forão os desde 620 ate 622 soman- / do a receita e abatendo da despesa, ficou a despesa / passando pella receita ã 2 annos 188U435 rs. / bem se ue o proueito q se tirou. Seguiosse logo o anno de / 623 q o p^e Souto maior Correo cõ elle, acho q laurou o / engenho 17 tarefas q rende- rão 300 arrobas de a / sucar destas nos cabião 150 q acho se uenderão a / 320 a arroba (grande proueito) Seguiosse logo o anno de 624 q foi o dos framengos. Nada moeu, podendo o

[Folha 3]

de fazer so de janeiro de 625, começou la moer terà / feito 100 arrobas de asucar, pello q conuẽ não fabri- / carmos cousa de tão pouco rendimento. Esse Coll.^o de S. Antão quer fabricar 2 engenhos, / hi ã Sergippe, este q fas hi anno por outro, 12U arrobas / de asucar, e outro nos Ilheos, q fas hi anno por outro / 300 p^a 400 arrobas, acho eu q he m^{to} melhor mudar a fabrica / do dos Ilheos e applicalla a outro engenho q se pode fazer / ã Sergippe q

renda tanto como o q oje temos, pois a / postos p^a isto. Tratei de o arrendar chegãõ a / prometer 200 arrobas, dando os toda a fabrica q oje la / temos, e so hi negro Crioulo q tẽ aquelle engenho, q serue / nelle de mestre de asucar, posto no de Sergippe, importa / mais q tudo quanto nos rende o de Ilheos, O meu uoto / he q sobreestijamos cõ este engenho, e tratar de o uender / não lhe saindo uendedor passar esta fabrica p^a qua, e / fornecer cõ ella m^{to} bem o engenho de Sergippe, ou fazer / qua outro p^a q aja proueito, e não perda como / ate guora, Dr João de Castro he sõr desta terra / possa ser q o queira comprar. Vs.Rs. julgẽ agora / la q neste particular ei de fazer, e se dão por / serto q se resoluẽ q o Coll.^o de S. Antão o fabrique, q / de necessidade ão de dar negros aos lauradores dou- / tro modo he como se fizessẽ hi ãgenho ã Lx.^a a / cana donde auia de uir. Acho qua m^{tos} arrendamentos feitos por 50 annos, e m^{tos} des / tes fes o p^e Couto q deu m^{ta} perda a esta fazenda, cõ as terras / q uendeo, estes parece não serẽ ualiosos, outros q fizerãõ / os n^op^e de 35 annos, q tãobẽ deũ deter pouca / força, o p^e Souto Major fes algis de 5 annos, não

[Verso]

não sei se tenho qua l^{ca} p^a os fazer por tão longo tempo vs.Rs. me mandẽ / logo q de nenhi modo se escusa doutro modo não a de auer quẽ / queira as terras, antes he melhor uir de 25 annos.

Acho mais m^{tas} terras uendidas por menos de a metade do justo / preço, e perdoe Ds ao p^e Couto q uendeo parte destas a homens / da nação. Outros me disẽ estão sonegados, p fim não faltãõ / embaraços, mas aos feitores passados não conuinha mais q buscar / seus intereces do mais dauaselhe pouco o tempo ira desco- / brindo m^{tas} cousas, de q ainda estou sabedor.

M^{tos} aluitres terãõ mandado de qua aserca desta fazenda / e todos elles serãõ de m^{ta} importancia pello q não tenho q me can- / car. So digo e torno a dizer q de nenhi modo nos serue ã conuẽ / ter Engenhos, porq sãõ m^{to} ariscados e ocasonados a perdas / não uejo por qua Sõr de engenho rico, antes todos / pobres, Conuẽ m^{to} uendermos isto e comprallo ã juro / Enquanto se não uende o aluitre q da he tratar com muito / cuidado prouer este engenho do Reino, porq nesta terra uallẽ / as cousas meio por meio mais do q no reino, e a esse Coll.^o custalhe / pouco mandar o seu u^o azeite q cõ isto faço qua pagamentos / aos officiais, podẽ uir fardos de Cobre, bacalhao, sardinha / sal panos baixos p^a os pretos, de Viana pode uir ferro e / breu, do porto treu e pano de linho lonas, auendo / isto, podesse formar m^{to} dr^o, e o asucar q qua se fizer

uai / todo ao Reino, q na hora q este engenho se fornecer / nesta terra, e pagar lenhas e ordenados e mais miudezas / uendendo qua o asucar, não esperẽ la por real, saluo / se o asucar ualler m.^{to} e isto he pura uerdade, agora / facção vs.Rs. o q melhor lhe estiuer.

Conuẽ uir l^{ca} p^a se uenderẽ as cabeceiras q são sobejos das terras q estão uendidas, e oje / aproueitãosse os lauradores dellas, sem darẽ a nos nada

[Folha 4]

sempre se farão nestas uendas perto de 40U^{dos} a mais / outras terras q ainda estão por uender q andão de 3.^o estas / poderão ualler ate 30 U^{dos} se me não enganão. Quando la / não pareça se uendão estas, sou de parecer q as arendemos / ã dr^o e não a 3.^o porq os q as trazẽ quando o engenho lhas / moe damos toda a lenha, e posto q o engenho tenha Cana / p^a laurar todo o anno de 3.^o achasse por espriencia / q dando os lauradores a metade da lenha como dão, escolhe / damẽ a melhor cana e de mais rãdimento, o que não pode ser / na Cana de 3.^o quando se queira moer, e arendando a dr.^o / sempre se ão de fazer bons 500U de renda e ficanos / o engenho liure p^a moer aos milhores lauradores, q / dão lenhas, e uai m^{to} nisto

Conuẽ mais uendermos esta fazenda p^a euitar desgostos / neste Coll.^o cõ o p^e do Reino q aqui estiuer porq de ordinareo / ha de ter, e os pp^{ee} qua cuidão q a força os excluirão da / eranca e cuidão oje q he sua. Alẽ disto os ãgenhos / m^{to} sedo são de deixar de moer m^{tos} por falta de lenhas, / e a de uir tempo q a de Custar mais do q rende o asucar / e tem este engenho hia leuada mais ariscada a / o tempo, e se o anno he inuernos, passa m^{tas} uestes por / falta de agoa he melhor asegurar no reino dous, q / qua 6 cõ riscos.

A perda q os framengos nos derão foi m.^{ta} nesta Cidade / nos tomarão 5 fardos de Cobre nous, m^{to} ferro breu, / treu, enxarca, pano de linho, e outras cousas / q deuião de empotar ã mais de 500U alẽ disto leuarão / 30 Caixas de asucar q o p^e tinha ãbarcado, no ãgenho / perder se hião ate 20, todo o mouel da Casa, e fabrica q / auia no Engenho, como era ferro, aço, uellas, toldos q seruião

[Verso]

no secar dos asucares perdeo o seruiço dos negros q folgarão / podendo alimpar a leuada, fazer roças, alimpar pastos / e a graça he q todo o anno la estiuerão pp^{ee} deste Coll.^o os / feitores me dão ã despesa mais de 80U q elles ahi gastarão / e eu não uejo cousa algia ã prol da fazenda q

elles ahi / beneficiassẽ, e o pior he q querẽ meter ã cabeça q sempre / estiuerão em seruiço do Engenho, elle não moeu, nẽ se fes mais / q comer a la Carga e dizẽ q aCompanhauão ao Ir Esteuão Domingues.

Forão os pp^{es} ao nosso Curral buscar 30 uacas não / lhas deu o Curraleiro porq não mostrarão procuração, mas / ainda leuarão 6 sei q leuarão do engenho por hia ues / 7 camisas sã ate oje me dizerẽ nada, antes pergitando / eu a hi jr q mora na aldeia p^a onde isto foi uacas / e camisas, disseme q não tinhão la nada.

Perdeu mais o Coll.^o de S. Antão todo o asucar q ouuera de / moer o engenho, e assim sempre importarão ã mais de / 12U^{dos} a perda q teue, e ficou cõ mor perda da q teue este / Coll.^o da Bahia.

Na d^a ocasião espero resolução de Vs. Rs. No q ei / de fazer a saber, Engenho dos Ilheos, Curral, l^{ca} p^a / uender as Cabeceiras e mais terras, L^{ca} p^a fazer os a / rendamentos por 5 e m^{to} melhor se uier p^a 25 annos. / Juntam^{te} se se a de fazer conta de uir della o prouimento / p^a o engenho, se ei de passar letras, p^a qua se uão uender / asucre. Isto uenha tudo m^{to} destinto p^a nos entendermos.

Andre de Gouuea

Para a transcrição adaptada para a linguagem atual, adotei os seguintes princípios:

1. A supressão de todas as maiúsculas desnecessárias;
2. O desenvolvimento das abreviaturas: “q” foi transcrito “que”; “porq” foi transcrito “porque”;
3. O til, usado no último elemento dos ditongos nasais, foi restabelecido no primeiro elemento desses, por exemplo: “naõ” foi transcrito “nãõ”; quando usado como sinal de consoantes nasais (m e n), foi suprimido ou substituído pela respectiva consoante, conforme o caso;
4. Foram eliminados os grupos de consoantes hoje em desuso;
5. Foram restabelecidos os acentos conforme o uso dos nossos dias;
6. Foi restabelecida a forma ortográfica contemporânea das desinências verbais;
7. A toponímia foi atualizada;
8. Adotou-se a pontuação contemporânea, sem deturpar o texto, isto é, suprimindo as vírgulas inúteis, ou sendo, quando necessário, substituídas por ponto e vírgula e dois-pontos;
9. A divisão do manuscrito em parágrafos foi respeitada, assim como algumas características da prosa do autor pelo seu viés arcaizante, como “cousa” e “d’outro”.

Transcrição atualizada e anotada

[Folha 1]

Relação do estado em que achei o
Engenho de Sergipe, feita
em julho de 625.

Este engenho, segundo [a] voz de todos, é o melhor desses estados / posto que feitores passados o danificaram muito, como as terras que venderam / junto a ele, que hoje poderiam servir para lenhas.

Só as canas que estão obrigadas a este engenho podem dar que / fazer a 20 engenhos, e hoje moem 14 ou 15. Temos sítios / aonde se podem fazer mais 3 engenhos de água.

Que, em de foros sabidos, das terras que se venderam 52 galinhas, / de arrendamentos 33, em farinha de pau 543 alqueires, / em dinheiro 65 mil, de todas estas cousas se deve quantidade, mas / não há [como] pagar. O engenho achei em partes arruinado, a casa de todo / o móvel roubado, só 2 colchõezinhos achei, 2 cobertores, 2 / lençóis, 3 cadeiras, uma mesa, 2 toalhas de algodão o mais vá- / rio, e tenho por informação que havia muito móvel na Casa, de que o Irmão / Estevão Domingues dá pouca razão.

As barcas achei podres, sem enxárcias,³³ sem velas, o engenho / sem fundos, sem cobres de pastas, sem ferro, sem breu, sem treu³⁴ / para velas, sem toldos para cobrir os açúcares, sem cousa alguma tocante / ao fornecimento do engenho, e para agora se lançar a moer a mister mais / de 3 mil cruzados.

Achei na casa de purgar 125 caixas de açúcar que havia poucos / dias tinha vindo do mato, donde esteve um ano, em uma casa / de palha, mal acondicionada, e perdeu-se muito açúcar, e o que ficou / muito mal acondicionado, mandei abrir as caixas e muitas só/ acharam roubadas, outras gastadas do tempo, e assim de 125 / que eram, ficaram em 110.

A casa de purgar achei emadeirada, e telhada, mas / sem andaimas para se porem as formas do açúcar, sem

Na margem: Depois de ser esta feita, soube como estávamos devendo nos Ilhéus 200 mil / o de que não o sei, bem provado tenho com estes exemplos o pouco que nos serve /este engenho.

³³ Conjunto de todos os cabos de um navio que seguram os mastros e os mastaréus.

³⁴ Tipo de pano utilizado pelos portugueses na fabricação de velas para embarcações.

[Verso]

sem a casa para o poço, sem casas para os oficiais, sem tanque /e fornalhas para os meles, o que tudo há de custar mais de [número destruído] Dos negros da fazenda não achei inventário, contei-os, / achei 55 negros, destes são moços 5, negras 33, destas / são pequenas 3, mas os negros de 50 que são só 28 servem / pelos outros serem velhos e entrevados, as negras só 18 servem / as mais são velhas entrevadas, para se refazer o engenho / desta gente são necessários 72 negros e 6 negras. O curral não acho inventário dele, nem eu neste tempo / o posso ir fazer por ser inverno, tenho por informação / que nos não serve, e em lugar de dar proveito da perda, nem / bois dá para serviço do engenho, e o homem branco que tem cui- / dado dele me confessou q não rendia para lhe pagar os seus / 30 mil [réis] que tem de salário, a causa disto é por não andarem os / pastos limpos, nem o mudarem, e as onças do mato também lhe / fazem muito dano, e os negros do mato que andam fugidos, vindo o / verão trato de o ir ver, e acho que é melhor dá-lo a um lavra- / dor que tenha cuidado dele, com lhe darem o terço ou quarto; assim / fazem cá os homens que tratam de fazendas, e não termos cur- / ral, que só a perda que nos dá nos negros vaqueiros (que ordina- / riamente são 5) vale mais que todo o proveito que pode dar; / contudo, não farei esta mudança sem o parecer de Vossas Reverências.

Dívidas que achei, devia este engenho, não faltam, vou / fazendo um rol, dos credores que vêm pedir que se lhe deve; / já tenho posto no rol – 1.261.411[réis]. Estes se devem a oficiais / que fizeram a casa de purgar, em que têm trabalhado no engenho / e de letras que o padre³⁵ prometeu passar recebendo o dinheiro. Afora estas / dívidas, já tenho por notícia de outras duas letras, que o padre / prometeu passar e recebeu o dinheiro, e passam de 500 e tantos mil / réis. Como a terra ainda não está desembaraçada, não sei ao / certo o que se deve porque ainda os papéis do padre não aparece- / ram, / contudo sempre se viram a resumir em mais de cinco mil cruzados

[Folha 2]

e é forçoso que se lhe paga porque são homens pobres, e os mais / se vão nesta armada, e querem levar consigo o que ganharão; / é me (sic) forçoso passar-lhes letras, por não vender todo o açú- / car, que pode ir agora sem risco de ladrões.

³⁵ Simão de Souto Maior.

Afora estas dívidas se acrescentam outras que de necessida- / de se vão fazendo para lançar a moer o engenho, e por / se comprar o que convém se há mister mais de 3 mil cruzados, / segue-se logo pagar lenhas, e os ordenados que se vão ven- / cendo, porque os homens que servem não têm outra cousa donde / comam, e Vossas Reverências se resolvam que se o engenho há de gastar dos / açúcares, vendendo-os cá pelo preço da terra, que nunca / a receita há de passar pela despesa, pelo que julgo / que dão pouco proveito os engenhos, e eu vejo todos / os que os tem pobres, e os mercadores que os provem ricos, / pelo que se do Reino não vier todos os anos o que é necessá- / rio, para este engenho, para que cá não compre nada, e vá em- / barcando todo o açúcar ao reino, trabalhamos debalde.

Acho nas contas do ano de 623, com que correu parte / deste ano Baltasar da Motta, e parte o padre Souto Maior, acho / que passou a despesa pela receita 314.510 [réis], isto porque / comprou tudo cá, e vendeu o mais do açúcar pelo preço / da terra, e mais de 2 mil cruzados interessa o engenho todos os / anos se se prover do reino, mas de lá não tem o olho / senão nas caixas que vão, e não respeitam aos foros gastos / que fazem um engenho, agora façam Vossas Reverências o que melhor lhes / estiver, mas isto que digo é pura verdade.

Ao engenho devem muito mais, do que nós devemos, mas a maior / parte destas dívidas, são mui remotas, e emaranha- / das, tarde, ou nunca se cobrarão.

Convém e é muito necessário fazerem-se medições pelo / proveito que dizem nos ficará com os sobejos das terras

[Verso]

mas hão-se de gastar nisto bons cruzados, pelo que Vossas Reverências me avisem o que / nisto farei; uma não se escusa que é pela banda do / mar, para se averiguarem dívidas antigas que com um clérigo / a que diz lhe tomamos terras, e para a provisão de El-Rey em que / nomeia desembargador para isto, os homens mais práticos / me dizem que muitos cruzados nos ficaram desta medição.

O engenho dos Ilhéus segundo a informação que acho / serve-nos pouco, e dá-nos muita perda, agora me pedem dele / barcas, 500 mil de negros, bois e mais cousas tocantes a fábr- / ca do engenho, mas eu dissimulo até de Vossas Reverências ter a / resolução do que hei de fazer acerca disto. Este engenho / dista desta Cidade para a parte do sul 60 léguas. Para dar / proveito é necessário ajudar os lavradores, com lhes / dar negros fiados,

que tão pobres são, e já o padre Souto Maior / deu no seu tempo alguns a pagar em açúcar, se muito dera / mais se perdera, porque são míseros, donde o engenho não / pode de nenhum modo dar a seu senhor proveito, e bem se / vê, que nas contas que o padre Souto Maior tomou, ao procura- / dor deste Colégio, quando foi a tomar da posse desta fa- / zenda, acho que em 2 anos que este Colégio correu com / aquele engenho que foram os desde 620 até 622 soman- / do a receita e abatendo da despesa, ficou a despesa / passando pela receita em 2 anos 188.435 réis. / bem se vê o proveito que se tirou. Seguiu-se logo o ano de / 623 que o padre Souto Maior correu com ele, acho que lavrou o / engenho 17 tarefas que renderam 300 arrobas de a- / çúcar; destas nos cabiam 150 que acho se venderam a / 320 a arroba (grande proveito); Seguiu-se logo o ano de 624 que foi o dos flamengos. Nada moeu, podendo-o

[Folha 3]

de fazer só de janeiro de 625, começou lá moer terá / feito 100 arrobas de açúcar, pelo que convém não fabri- / carmos cousa de tão pouco rendimento.

Esse Colégio de Santo Antão quer fabricar 2 engenhos, / um em Sergipe, este que faz um ano por outro, 12 mil arrobas / de açúcar, e outro nos Ilhéus, que faz um ano por outro / 300 para 400 arrobas, acho eu que é muito melhor mudar a fábrica / do dos Ilhéus e aplicá-la a outro engenho que se pode fazer / em Sergipe que renda tanto como o que hoje temos, pois há / postos para isto. Tratei de o arrendar, chegam a / prometer 200 arrobas, dando-os toda a fábrica que hoje lá / temos, e só um negro crioulo que tem aquele engenho, que serve / nele de mestre de açúcar, posto no de Sergipe, importa / mais que tudo quanto nos rende o de Ilhéus. O meu voto / é que sobrestamos com este engenho, e tratar de o vender / não lhe saindo vendedor passar esta fábrica para cá, e / fornecer com ela muito bem o engenho de Sergipe, ou fazer / cá outro para que haja proveito, e não perda como / ate agora; Doutor João de Castro é senhor desta terra, / possa ser que o queira comprar. Vossas Reverências julguem agora / lá que neste particular hei de fazer, e se dão por / certo que se resolvem que o Colégio de Santo Antão o fabrique, que / de necessidade hão de dar negros aos lavradores d'ou- / tro modo é como se fizessem um engenho em Lisboa, a / cana d'onde havia de vir.

Acho cá muitos arrendamentos feitos por 50 anos, e muitos des- / tes fez o padre Couto que deu muita perda a esta fazenda, com as terras / que

vendeu, estes parece (sic) não serem valiosos, outros que fizeram / os nossos padres de 35 anos, que também devem de ter pouca / força, o padre Souto Maior fez alguns de 5 anos, não

[Verso]

não sei se tenho cá licença para os fazer por tão longo tempo; Vossas Reverências me mandem / logo que de nenhum modo se escusa, d'outro modo não há de haver quem / queira as terras, antes é melhor vir de 25 anos. Acho mais muitas terras vendidas por menos de a metade do justo / preço, e perdoe Deus ao padre Couto que vendeu parte destas a homens / da nação. Outros me dizem estão sonogados, por fim não faltam / embaraços, mas aos feitores passados não convinha mais que buscar / seus interesses; do mais, dava-se-lhe pouco o tempo irá desco- / brindo muitas cousas, de que ainda estou sabedor.

Muitos alvitres terão mandado de cá acerca desta fazenda / e todos eles serão de muita importância pelo que não tenho que me can- / sar. Só digo e torno a dizer que de nenhum modo nos serve nem convém / ter engenhos, porque são muito arriscados e ocasionados a perdas; / não vejo por cá senhor de engenho rico, antes todos / pobres. Convém muito vendermos isto e comprá-lo em juro, / enquanto se não vende o alvitre que dá, é tratar com muito / cuidado prover este engenho do Reino, porque nesta terra valem / as cousas meio por meio mais do que no reino, e a esse colégio custa-lhe / pouco mandar o seu vinho [e] azeite, que com isto faço cá pagamentos / aos oficiais; podem vir fardos de cobre, bacalhau, sardinha, / sal, panos baixos para os pretos, de Viana pode vir ferro e / breu, do Porto, treu e pano de linho, lonas, havendo / isto, pode-se formar muito dinheiro, e o açúcar que cá se fizer vai / todo ao Reino, que na hora que este engenho se fornecer / nesta terra, e pagar lenhas e ordenados e mais miudezas / vendendo cá o açúcar, não esperem lá por real, salvo / se o açúcar valer muito e isto é pura verdade, agora / façam Vossas Reverências o que melhor lhe estiver.

Convém vir licença para se venderem as cabeceiras que são sobejos das terras que estão vendidas, e hoje / aproveitam-se os lavradores delas, sem darem a nós nada

[Folha 4]

sempre se farão nestas vendas perto de 40 mil cruzados a mais; / outras terras que ainda estão por vender que andam de terceiros, estas / poderão valer até 30 mil cruzados se me não enganam. Quando lá / não pareça

se vendam estas, sou de parecer que as arrendemos / em dinheiro e a terceiros porque os que as trazem, quando o engenho lhas / moe, damos toda a lenha, e posto que o engenho tenha cana / para lavrar todo o ano de terceiros achasse por experiência / que dando os lavradores a metade da lenha como dão, escolhe / darem-me a melhor cana e de mais rendimento, o que não pode ser / na cana de terceiros quando se queira moer, e arrendando a dinheiro / sempre se hão de fazer bons 500 mil de renda e fica-nos / o engenho livre para moer aos melhores lavradores, que / dão lenhas, e vai muito nisto

Convém mais vendermos esta fazenda para evitar desgostos / neste colégio com o padre do Reino que aqui estiver porque de ordinário / há de ter, e os padres cá cuidam que à força os excluirão da / herança e cuidam hoje que é sua. Além disto, os engenhos / muito cedo são de deixar de moer, muitos por falta de lenhas, / e há de vir tempo que a de custar mais do que rende o açúcar / e tem este engenho uma levada mais arriscada a / o tempo, e se o ano é invernosso, passa muitas vezes por / falta de água; é melhor assegurar no reino dois, que / cá seis com riscos. A perda que os flamengos nos deram foi muita nesta cidade, / nos tomaram 5 fardos de cobre novos, muito ferro, breu, / treu, enxárcia, pano de linho e outras cousas / que deviam de importar em mais de 500 mil, além disto, levaram / 30 caixas de açúcar que o padre tinha embarcado, no engenho / perder-se-iam até 20, todo o móvel da casa, e fábrica que / havia no engenho, como era ferro, aço, velas, toldos que serviam

[Verso]

no secar dos açúcares, perdeu o serviço dos negros que folgaram, / podendo limpar a levada, fazer roças, limpar pastos / e a graça é que todo o ano lá estiveram padres deste colégio; os / feitores me dão em despesa mais de 80 mil que eles aí gastaram / e eu não vejo cousa alguma em prol da fazenda que eles aí / beneficiassem, e o pior é que querem meter em cabeça que sempre / estiveram em serviço do engenho, ele não moeu, nem se fez mais / que comer lá a carga e dizem que acompanhavam ao irmão Estevão Domingues.

Foram os padres ao nosso curral buscar 30 vacas, não / lhas deu o curraleiro porque não mostraram procuração, mas / ainda levaram 6, sei que levaram do engenho por uma vez / 7 camisas sem até hoje me dizem nada, antes perguntando / eu a um irmão que mora na aldeia³⁶ para onde isto foi, vacas / e camisas, disse-me que não tinham lá nada.

³⁶ Possivelmente, o aldeamento do Espírito Santo, atualmente Vila de Abrantes.

Perdeu mais o Colégio de Santo Antão todo o açúcar que houvera de / moer o engenho, e assim sempre importaram em mais de / 12 mil cruzados a perda que teve, e ficou com maior perda da que teve este / Colégio da Bahia.

Na dita ocasião, espero resolução de Vossas Reverências no que hei / de fazer, a saber: engenho dos Ilhéus, curral, licença para / vender as cabeceiras e mais terras, licença para fazer os ar- / rendamentos por 5 e muito melhor se vier para 25 anos. / Juntamente se se há de fazer conta devir dela o provimento / para o engenho, se hei de passar letras para cá, se vão vender / açúcar. Isto venha tudo muito distinto para nos entendermos.

Andre de Gouvêa

Texto recebido em 20/10/2010 e aprovado em 06/12/2010

Resumo

Este artigo apresenta um documento intitulado *Relaçam do estado em q achei O Engenho de Sergippe, feita em julho de 625*, de autoria do jesuíta André de Gouvêa. O manuscrito, conservado no cartório jesuítico da Torre do Tombo em Lisboa, é um retrato da situação do Recôncavo baiano e do seu maior engenho, o de Sergipe do Conde, após a invasão dessa região pela armada da Companhia das Índias Ocidentais e dos Estados Gerais das Províncias Unidas, em 1624, que desorganizou a produção local do açúcar e permitiu que muitos negros os abandonassem em busca de liberdade.

Palavras-chave: Recôncavo baiano – Sergipe do Conde – jesuítas – escravidão africana

Abstract

This article presents an intitled document Relaçam do estado em q achei O Engenho de Sergippe, feita em julho de 625, of authorship of the jesuit André de Gouvêa. The manuscript, conserved in the Cartório jesuítico of the Torre do Tombo in Lisbon, is a picture of the situation of the Recôncavo baiano and its largest engenho, of Sergipe do Conde, after the invasion of this region for the armada of the West-Indische Compagnie and the States-General of the United Provinces in 1624, that it disorganized the local production of the sugar and allowed that many blacks abandoned the engenhos in search of freedom.

Keywords: Recôncavo baiano – Sergipe do Conde – jesuits – african slavery